



PROJETO DE LEI Nº 26 DE 2020

Suspende a validade de documentos públicos, no âmbito do Estado do Acre, que necessitem de atendimento presencial para renovação e/ou prorrogação, enquanto durarem as medidas de contenção do coronavírus (covid-19).

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE:**

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica suspensa a validade de documentos públicos que necessitem de atendimento presencial para sua renovação e/ou prorrogação.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo, enquanto durarem as medidas de contenção do coronavírus (covid-19), bem como o estado de calamidade pública decretado pelo Estado do Acre.

§ 2º Após o fim do estado de calamidade pública decretado pelo Estado, as pessoas físicas e/ou jurídicas terão o prazo de 30 (trinta) dias corridos para requerer a renovação e/ou prorrogação de que trata o caput deste artigo.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões "Deputado Francisco Cartaxo"  
Estado do Acre, 30 de março de 2020.

  
\_\_\_\_\_  
**FAGNER CALEGÁRIO**  
Deputado Estadual – PL



## JUSTIFICATIVA

O projeto de lei, de caráter excepcional, que ora submeto a apreciação de meus pares, tem como finalidade suspende a validade de documentos públicos, no âmbito do Estado do Acre, que necessitem de atendimento presencial para renovação e/ou prorrogação, tendo em conta o momento que o mundo, o Brasil e o Estado do Acre atravessam.

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde classificou o novo coronavírus (COVID-19) como pandemia, com alto risco de transmissão e taxa de mortalidade, que se eleva entre pessoas idosas e com doenças crônicas.

Em razão disso, diversas medidas preventivas estão sendo adotadas pelas autoridades, em todas as esferas governamentais, sendo, a mais importante delas, o recolhimento domiciliar das pessoas, de modo a evitar o contato e a propagação da doença, a exemplo do que vem sendo adotado em outros países.

Portanto, é missão do Parlamento, mediando a situação excepcional, fazer com que tais medidas preventivas venham a causar o menor dano possível na vida das pessoas, reforçando a necessidade do isolamento, mas compreendendo que o Estado (em sentido amplo) deve dividir com a população o ônus decorrente da pandemia.

Dito de outro modo: enquanto perdurar as medidas restritivas de circulação, na ponderação de interesses, deve prevalecer a saúde coletiva em detrimento do direito de crédito do Estado, justificando-se o presente projeto de lei com o fito de assegurar ao cidadão a continuidade dos serviços públicos.

Por tais razões e, para tanto, como o interesse é na manutenção das pessoas em suas residências, deve o Estado suspende a validade de documentos públicos, no âmbito do Estado do Acre, que necessitem de atendimento presencial para renovação e/ou prorrogação, até o fim do surto de coronavírus e o consequente encerramento do estado de calamidade pública decretado pelo Estado do Acre.

Assim, submeto o Projeto de Lei a este Poder Legislativo e espero que, no estrito cumprimento do seu dever precípua e, sobretudo constitucional, aprove a ementa, concedendo aos interessados os aparatos legais, sociais e econômicos pertinentes à matéria.